



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO

Secretaria/Departamento: Secretaria de Cultura e Esporte

Número do Processo: 19/2026

Responsável pela Elaboração: Robson Chaves Bordignon

Data da Elaboração: 20 de janeiro de 2026

2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS

A presente contratação decorre de demanda interna permanente da Administração Municipal de São Miguel do Iguaçu, identificada no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, relacionada à necessidade de disponibilização de infraestrutura temporária adequada para a realização de eventos promovidos pelo Município. Tal necessidade está diretamente vinculada à execução regular das políticas públicas nas áreas cultural, esportiva, turística e institucional, que exigem, de forma recorrente, a instalação de estruturas de apoio capazes de assegurar abrigo, organização, conforto e segurança ao público participante, servidores, expositores e demais envolvidos.

O problema que se busca resolver consiste na inexistência, no patrimônio municipal, de estruturas próprias de tendas em quantidade, dimensões e especificações técnicas suficientes para atender às demandas variáveis dos eventos realizados ao longo do exercício. O Município tampouco dispõe de equipe técnica especializada para realizar, com segurança e conformidade normativa, a montagem, desmontagem, transporte e manutenção dessas estruturas. A diversidade de eventos, quanto ao porte, duração, público estimado, características do espaço e condições climáticas, torna inviável a adoção de solução padronizada por meios próprios, exigindo flexibilidade operacional que somente pode ser alcançada por meio da contratação de empresa especializada.

Verifica-se, ainda, que a necessidade não se limita à simples disponibilização física das tendas, mas envolve a implementação de uma solução completa, que compreenda estruturas adequadas, materiais certificados, montagem técnica segura, cumprimento de prazos compatíveis com a organização dos eventos e retirada eficiente após o encerramento das atividades. A ausência dessa solução comprometeria a capacidade do Município de executar suas ações planejadas com qualidade, segurança e previsibilidade.

A demanda não é nova, tratando-se de necessidade recorrente e previsível, que se repete ao longo de diversos exercícios financeiros em razão da realização contínua de eventos previstos no calendário municipal. Em exercícios anteriores, a Administração já adotou a solução de locação de tendas, evidenciando que se trata de prática consolidada e adequada à natureza da necessidade. Não há indicação de que contratações pretéritas tenham sido insuficientes ou inadequadas, mas sim a constatação de que a variabilidade de datas, quantitativos e configurações dos eventos exige planejamento mais estruturado e juridicamente robusto, o que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços.

O serviço objeto da contratação qualifica-se como indispensável à manutenção da atividade administrativa, uma vez que viabiliza a execução de ações públicas essenciais à promoção da cultura, do esporte, do turismo e da integração social. Embora os serviços sejam executados de forma não continuada, a necessidade que lhes dá origem é permanente e prolongada, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, na medida em que os



eventos se repetem anualmente e demandam infraestrutura adequada em cada edição.

No que se refere às alternativas disponíveis no mercado, observa-se que, além da locação, a aquisição definitiva de tendas poderia ser considerada em tese. Contudo, essa alternativa se mostra menos vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, pois implicaria elevados custos de aquisição, armazenamento, manutenção, reposição de materiais e capacitação de pessoal, além de não atender com eficiência às variações de demanda. A locação, por sua vez, permite ao Município ajustar os quantitativos e as especificações conforme a necessidade concreta de cada evento, transferindo à contratada a responsabilidade técnica pela montagem, desmontagem, transporte e conformidade dos materiais utilizados.

A ausência da contratação acarretaria impactos significativos à Administração, podendo resultar na inviabilização de eventos públicos ou na sua realização em condições inadequadas, com prejuízos à segurança, ao conforto dos participantes e à organização das atividades. Também haveria risco de exposição do Município a críticas da população, comprometimento da imagem institucional e descumprimento de agendas oficiais previamente planejadas, além de potencial responsabilização administrativa decorrente de falhas no planejamento e na prestação adequada dos serviços públicos.

A contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada às estratégias e aos objetivos institucionais do Município, uma vez que contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de cultura, esporte e turismo, promove a participação social, assegura melhores condições de atendimento ao público e reforça os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e da continuidade do serviço público.

Com a contratação, a Administração busca alcançar resultados concretos, tais como a garantia de infraestrutura adequada e segura para a realização de eventos, a padronização e a qualidade dos serviços prestados, a otimização do uso dos recursos públicos, a mitigação de riscos operacionais e administrativos e a ampliação da capacidade de resposta às demandas institucionais ao longo do exercício.

Diante de todo o exposto, resta devidamente justificada a contratação de empresa especializada para a locação, montagem e desmontagem de tendas, mediante Sistema de Registro de Preços, como solução necessária, adequada e vantajosa para atender ao interesse público, assegurar a continuidade das atividades administrativas e cumprir os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, instalação, desmontagem e retirada de tendas para atendimento às necessidades da Administração na realização de eventos institucionais, culturais, esportivos e correlatos. A contratação abrangerá o fornecimento integral das estruturas, materiais, equipamentos, transporte e mão de obra qualificada, assegurando infraestrutura temporária adequada, segura e funcional.

A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante ordens de serviço, possibilitando a utilização simultânea de tendas de diferentes dimensões em um mesmo evento, conforme o layout e a necessidade operacional definida pela Administração. A solução garante flexibilidade, eficiência logística, cumprimento de prazos, atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como adequada gestão contratual, assegurando a realização dos eventos com qualidade, segurança e racionalidade no uso dos



recursos públicos.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A Administração Municipal de São Miguel do Iguaçu já realizou, em exercícios anteriores, contratações com objeto semelhante ao ora pretendido, consistentes na locação de tendas para atendimento às necessidades decorrentes da realização de eventos públicos. Essas contratações foram motivadas pela mesma demanda estrutural atualmente identificada, qual seja, a necessidade de disponibilização de infraestrutura temporária adequada para eventos de natureza cultural, esportiva, turística e institucional. Embora os detalhes específicos relativos a valores, datas exatas e instrumentos contratuais anteriores não integrem o presente Documento de Formalização de Demanda, verifica-se que a metodologia adotada anteriormente, baseada na locação de estruturas por meio de contratação de empresa especializada, mostrou-se compatível com a realidade operacional do Município e adequada à natureza variável da demanda.

Não há registro formal de falhas graves ou de inexecução contratual que tenham comprometido a realização dos eventos, tampouco de problemas estruturais que desaconselhem a continuidade do modelo adotado. Ainda assim, a experiência acumulada demonstra a necessidade de aperfeiçoamento do planejamento, especialmente no que se refere à padronização das especificações técnicas, à previsão de quantitativos estimados compatíveis com a recorrência dos eventos e à adoção de instrumento que proporcione maior flexibilidade e eficiência administrativa. Nesse contexto, a utilização do Sistema de Registro de Preços surge como evolução natural da metodologia anteriormente empregada, permitindo contratações sob demanda, redução de retrabalho administrativo e melhor adequação às variações de necessidade ao longo do exercício.

No levantamento de mercado realizado, observou-se que a prática adotada por outros entes e órgãos públicos de porte e características semelhantes consiste, majoritariamente, na locação de tendas e estruturas temporárias por meio de empresas especializadas, especialmente quando se trata de eventos periódicos com datas variáveis e quantitativos não previamente definidos com exatidão. Essas soluções se mostram compatíveis com a realidade do Município de São Miguel do Iguaçu, não havendo evidências de que modelos distintos daqueles já utilizados sejam mais adequados ou vantajosos, sobretudo quando considerados os aspectos de custo, logística, manutenção e responsabilidade técnica.

O mercado apresenta número suficiente de fornecedores aptos a atender à necessidade da Administração, oferecendo soluções semelhantes em termos de locação de tendas piramidais, com diferentes dimensões, estruturas metálicas, coberturas em lona antichamas e serviços associados de montagem, desmontagem e transporte. Trata-se de serviço amplamente disponível, com padrão técnico relativamente homogêneo, o que reforça o enquadramento do objeto como serviço comum e viabiliza a competição entre fornecedores.

A análise das alternativas disponíveis envolve, necessariamente, a escolha entre a aquisição definitiva das estruturas ou a sua locação. A aquisição, embora possível em tese, revela-se menos adequada à realidade administrativa do Município, uma vez que implicaria investimento inicial elevado, custos permanentes de armazenamento, manutenção, reposição de materiais e eventual contratação ou capacitação de pessoal técnico especializado. Além disso, a aquisição não atenderia de forma eficiente à variabilidade da demanda, podendo resultar tanto em ociosidade de bens quanto em insuficiência de estruturas em determinados eventos.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

A locação, por outro lado, permite ajustar os quantitativos e as especificações técnicas conforme a necessidade concreta de cada evento, assegura maior flexibilidade operacional e transfere à empresa contratada a responsabilidade pela conformidade técnica, segurança, montagem e desmontagem das estruturas. Essa solução reduz riscos administrativos, otimiza a aplicação dos recursos públicos e garante maior agilidade na resposta às demandas institucionais.

Diante desse cenário, a opção da Administração pela locação de tendas, mediante Sistema de Registro de Preços, mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada às boas práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021. A solução escolhida decorre de análise racional das alternativas disponíveis no mercado, da experiência administrativa pretérita e da necessidade de assegurar eficiência, flexibilidade e segurança na execução das atividades públicas, atendendo de forma satisfatória ao interesse público e aos objetivos institucionais do Município.

4. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de locação, montagem, instalação, desmontagem e retirada de tendas piramidais, incluindo o fornecimento de todos os materiais, estruturas, equipamentos, transporte, mão de obra especializada e demais recursos necessários à completa e adequada execução dos serviços. Trata-se de contratação de serviço comum, uma vez que suas características técnicas podem ser objetivamente definidas, são amplamente conhecidas no mercado e passíveis de atendimento por diversos fornecedores, sem a necessidade de soluções técnicas exclusivas ou personalizadas.

O objeto será aplicado como infraestrutura temporária de apoio à realização de eventos promovidos pela Administração Municipal, com a finalidade de proporcionar abrigo, organização espacial, proteção contra intempéries climáticas e condições adequadas de segurança e conforto ao público participante, servidores, expositores e demais envolvidos. A utilização das tendas permitirá a adequada acomodação de atividades institucionais, culturais, esportivas, turísticas e correlatas, assegurando a funcionalidade e a organização dos eventos realizados em espaços abertos ou parcialmente cobertos.

Os serviços serão executados em locais diversos, a serem definidos conforme a necessidade de cada evento, podendo abranger praças públicas, áreas abertas, ginásios, espaços institucionais, vias públicas ou outros locais indicados pela Administração por meio de ordem de serviço específica. A aplicação do objeto ocorrerá sempre que houver a realização de eventos que demandem estrutura temporária, sendo necessária de forma recorrente ao longo do exercício, em datas e quantitativos variáveis, de acordo com a programação municipal e com as demandas que surgirem.

As tendas a serem disponibilizadas deverão atender a especificações técnicas mínimas capazes de assegurar segurança, estabilidade e funcionalidade durante todo o período de utilização. Deverão ser fornecidas tendas piramidais com dimensões compatíveis com o uso coletivo, incluindo modelos com medidas aproximadas de 5 metros por 5 metros e de 10 metros por 10 metros, dotadas de estrutura metálica em aço ou ferro, com resistência adequada às condições de uso e às cargas previstas. A altura mínima do pé-direito deverá ser compatível com a circulação segura de pessoas, observando-se, no mínimo, aproximadamente 2,50 metros para tendas de menor dimensão e 3,00 metros para tendas de maior dimensão, medidos nas calhas.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

A cobertura deverá ser confeccionada em lona branca, impermeável, com tratamento antichamas, adequada ao uso em eventos com concentração de público, devendo apresentar bom estado de conservação, ausência de rasgos, perfurações ou desgaste que comprometa sua função. As tendas deverão possuir sistema de calhas laterais para captação e direcionamento de águas pluviais, de modo a evitar acúmulo de água sobre a cobertura e minimizar riscos aos usuários e ao entorno.

A montagem e a desmontagem das estruturas deverão ser realizadas por equipe técnica qualificada, observando critérios de segurança, estabilidade e fixação adequada ao solo, bem como as normas de segurança do trabalho aplicáveis. A contratada será responsável pelo transporte das estruturas até o local indicado, pela montagem conforme layout definido pela Administração, pela verificação das condições de uso durante o evento e pela desmontagem e retirada após o encerramento das atividades, com recomposição do local, quando aplicável.

As especificações mínimas estabelecidas visam garantir padrões adequados de qualidade, segurança e desempenho, sem direcionamento a marca, modelo ou fabricante específico. Não se mostra necessária a indicação de marcas ou modelos, uma vez que tal exigência não se justifica tecnicamente e poderia restringir indevidamente a competitividade, em desacordo com o disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Da mesma forma, não há necessidade de exclusão prévia de marcas ou modelos, pois o atendimento às especificações técnicas mínimas é suficiente para assegurar a adequação do serviço, cabendo à Administração rejeitar materiais ou serviços que não atendam aos requisitos definidos.

As especificações do objeto foram elaboradas de modo a não restringir o fornecimento nem conduzir a solução exclusiva, permitindo ampla participação de fornecedores aptos a prestar serviços com características técnicas equivalentes. O mercado dispõe de diversos prestadores capazes de atender à demanda, o que reforça o caráter competitivo da contratação.

No que se refere aos aspectos ambientais, o objeto possui natureza temporária e gera impactos ambientais considerados reduzidos, desde que executado de forma adequada. Ainda assim, a contratação deverá observar princípios de sustentabilidade, podendo ser exigidas práticas como a utilização de materiais reutilizáveis e em bom estado de conservação, a correta destinação de resíduos eventualmente gerados, a minimização de danos ao solo e aos espaços públicos durante a montagem e desmontagem e a adoção de procedimentos que reduzam desperdícios. Foram consideradas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que diz respeito à racionalização de recursos, à durabilidade dos materiais utilizados e à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

Dessa forma, a definição do objeto apresenta-se clara, completa e tecnicamente adequada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, competitividade, sustentabilidade e economicidade, e fornecendo base segura para a condução do procedimento de contratação.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO

A execução do objeto será realizada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, considerando que a Administração Pública não dispõe de meios próprios suficientes para executar, com segurança técnica, regularidade e eficiência, os serviços de locação, montagem, instalação, desmontagem e retirada de tendas destinadas a eventos públicos. A execução direta demandaria investimentos permanentes em aquisição



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

de estruturas, manutenção, armazenamento e capacitação de pessoal técnico, incompatíveis com a natureza eventual e variável da demanda. A terceirização permite maior flexibilidade operacional, redução de riscos administrativos e técnicos, além de assegurar que a execução seja realizada por profissionais com experiência específica no manuseio de estruturas temporárias.

A execução contratual ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante ordens de serviço emitidas pela Administração, nas quais serão definidos local, data, horários, quantitativos, dimensões das tendas, layout de instalação e demais condições específicas de cada evento. Compete à contratada a execução integral do serviço, incluindo transporte, montagem, fixação, estabilização, manutenção das condições de segurança durante o período de utilização, desmontagem e retirada das estruturas, bem como o fornecimento de toda a mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais necessários. À Administração caberá o planejamento das necessidades, a emissão das ordens de serviço, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, o atesto da conformidade dos serviços prestados e a adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de inconformidades.

Os serviços serão prestados em locais diversos, previamente indicados pela Administração, abrangendo áreas públicas ou institucionais, conforme a natureza do evento. A contratada deverá garantir que as estruturas estejam integralmente montadas, estáveis e aptas ao uso antes do início das atividades, permanecendo em condições seguras durante todo o evento e sendo retiradas após o encerramento, sem causar danos ao local. A rotina de execução deverá contemplar o planejamento logístico, a análise prévia do local, o transporte das estruturas, a conferência dos componentes, a montagem conforme o layout definido, a fixação adequada ao tipo de solo e às condições ambientais, a inspeção de integridade estrutural e, por fim, a desmontagem, retirada e recomposição do espaço utilizado, quando aplicável.

A execução dos serviços deverá observar, de forma integrada e complementar, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis a estruturas temporárias e à segurança em locais de afluência de público. No que se refere à estabilidade e resistência estrutural das tendas, deverão ser adotados critérios compatíveis com os princípios estabelecidos na ABNT NBR 8800, que trata do projeto e da execução de estruturas de aço, no que couber às estruturas metálicas utilizadas, bem como na ABNT NBR 6123, relativa às ações do vento em edificações, considerando que as tendas são estruturas expostas a esforços ambientais significativos. Esses parâmetros devem orientar tanto a concepção quanto a montagem e a fixação das estruturas.

Quanto à segurança do público e à organização de eventos, deverão ser observadas as diretrizes da ABNT NBR 16566, que estabelece requisitos para a gestão da segurança em eventos, e da ABNT NBR 16698, que dispõe sobre boas práticas na organização de eventos, no que se refere ao planejamento, à montagem de estruturas temporárias e à mitigação de riscos aos participantes. No caso de instalações elétricas provisórias associadas às tendas, quando houver, deverão ser observados os princípios da ABNT NBR 13570, que trata de instalações elétricas em locais de afluência de público, assegurando proteção contra choques elétricos e outros riscos.

A cobertura das tendas deverá apresentar comportamento adequado ao fogo, sendo exigido que a lona utilizada seja antichamas, com comprovação de desempenho conforme normas técnicas de ensaio aplicáveis, especialmente aquelas que tratam da reação de



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

materiais têxteis ao fogo, como a ABNT NBR 15025 e normas correlatas, de modo a reduzir riscos em ambientes com concentração de pessoas. A montagem e desmontagem das estruturas deverão observar, ainda, as normas de segurança do trabalho aplicáveis, em especial as relacionadas à organização do ambiente de trabalho temporário, movimentação de cargas e trabalho em altura, garantindo a integridade física dos trabalhadores e do público.

A execução do serviço não exige registros junto a órgãos reguladores como ANATEL, INMETRO ou ANVISA, contudo poderá demandar atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros relativas à segurança contra incêndio e pânico em eventos temporários, conforme legislação local. Sempre que a complexidade da instalação justificar, a contratada deverá dispor de responsável técnico habilitado, assegurando rastreabilidade técnica, observância das boas práticas profissionais e segurança jurídica à Administração.

Por se tratar de prestação de serviços, não há necessidade de armazenamento de bens pela Administração, permanecendo todas as estruturas sob responsabilidade da contratada. O cronograma de execução não será previamente fixado, uma vez que a contratação ocorrerá por Sistema de Registro de Preços, sendo cada prestação formalizada por ordem de serviço emitida com antecedência compatível com a mobilização, montagem e entrega operacional das estruturas.

O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com os serviços efetivamente executados, condicionado ao atesto da fiscalização após verificação da conformidade da execução com as especificações técnicas, prazos, padrões de qualidade e requisitos de segurança estabelecidos. Não será admitido pagamento por serviços executados em desacordo com o contratado.

Considerando os riscos inerentes à utilização de estruturas temporárias em eventos com público, a estratégia de controle de qualidade deverá priorizar a definição clara de especificações técnicas, a exigência de comprovação documental quanto aos materiais utilizados, especialmente no que se refere à resistência estrutural e ao comportamento ao fogo, bem como a fiscalização rigorosa da execução em campo. A exigência de apresentação prévia de amostras físicas não se mostra necessária, sendo mais eficaz a inspeção das estruturas no local de instalação e a possibilidade de rejeição imediata em caso de não conformidade.

A garantia mínima exigida corresponde à obrigação da contratada de assegurar a estabilidade, a segurança e o pleno funcionamento das tendas durante todo o período de utilização, responsabilizando-se por correções, substituições e reparações necessárias em caso de falhas de materiais, montagem ou fixação, prática compatível com os usos do mercado e suficiente para resguardar o interesse público.

No que se refere à sustentabilidade, a execução deverá observar práticas compatíveis com a natureza do serviço, tais como a utilização de estruturas reutilizáveis e duráveis, em adequado estado de conservação, a correta destinação de resíduos eventualmente gerados, a minimização de danos ao solo e aos espaços públicos e o planejamento logístico para redução de deslocamentos desnecessários. Todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços deverão ser integralmente fornecidos pela contratada, em quantidades suficientes para atender cada ordem de serviço.

A finalização do contrato deverá assegurar a retirada integral das estruturas instaladas, a recomposição dos locais utilizados, quando aplicável, o registro formal da conformidade da execução pelo fiscal designado e a quitação das obrigações contratuais, garantindo o encerramento regular do ajuste, sem passivos técnicos, ambientais ou administrativos para a



Administração Pública.

Descrição dos Itens**Locação de Tenda Piramidal 5m x 5m (CATSER 21164)**

O item compreende a locação de tenda piramidal com dimensões de 5 metros por 5 metros, dotada de armação em aço ou ferro, garantindo resistência e estabilidade estrutural. A tenda deverá possuir altura mínima de 2,50 metros de pé-direito nas calhas, cobertura em lona branca antichamas, adequada para uso em eventos com presença de público, e calhas laterais para captação e escoamento de águas pluviais. Estão incluídos no objeto todos os serviços necessários à sua plena utilização, abrangendo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada da estrutura, devendo a execução assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade e conservação durante todo o período de uso.

Locação de Tenda Piramidal 10m x 10m (CATSER 21164)

O item compreende a locação de tenda piramidal com dimensões de 10 metros por 10 metros, equipada com armação em aço ou ferro, assegurando elevada resistência e estabilidade para utilização em eventos de maior porte. A estrutura deverá apresentar altura mínima de 3,00 metros de pé-direito nas calhas, cobertura em lona branca antichamas e calhas laterais destinadas à captação e ao escoamento de águas pluviais, garantindo segurança e conforto aos usuários mesmo em condições climáticas adversas. Estão incluídos no objeto todos os serviços necessários à sua utilização, tais como transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, devendo a contratada assegurar a conformidade com as especificações técnicas e a adequada condição de uso durante todo o período do evento.

Obrigações da Contratada

A contratada deverá executar os serviços de locação, montagem, instalação, desmontagem e retirada de tendas em estrita observância à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis e às condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato, responsabilizando-se integralmente pela correta execução do objeto, pela segurança dos trabalhadores, dos usuários e de terceiros, bem como pela integridade das estruturas instaladas durante todo o período de utilização.

No âmbito legal, a contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução contratual, à responsabilidade pela qualidade do serviço prestado, ao cumprimento dos prazos, à sujeição à fiscalização da Administração e à aplicação de sanções em caso de inadimplemento. Deverá, ainda, observar a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, mantendo seus empregados regularmente registrados e assegurando o pagamento de salários, encargos sociais e demais obrigações legais decorrentes da execução dos serviços.

A execução dos serviços deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial aquelas relacionadas à segurança na montagem de estruturas temporárias, movimentação de cargas e trabalho em altura, quando aplicável, cabendo à contratada adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar acidentes, inclusive o fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados.

No que se refere às normas técnicas, a contratada deverá observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis às estruturas metálicas, à estabilidade e resistência das estruturas temporárias, às ações ambientais incidentes, ao comportamento



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ao fogo dos materiais utilizados e à segurança em locais de afluência de público, garantindo que as tendas instaladas apresentem condições adequadas de estabilidade, resistência, fixação e segurança. A cobertura das tendas deverá possuir características antichamas, com comprovação técnica compatível, e as estruturas deverão estar em perfeito estado de conservação, sem danos que comprometam sua utilização.

A contratada será responsável por providenciar todas as autorizações, licenças e exigências eventualmente aplicáveis à execução do serviço, inclusive aquelas relacionadas à segurança contra incêndio e pânico, quando exigidas por legislação local ou por órgãos competentes, como o Corpo de Bombeiros, não podendo transferir à Administração qualquer ônus decorrente dessas obrigações.

Quanto aos prazos de execução, a contratada deverá realizar a instalação completa das tendas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao início do evento, garantindo que as estruturas estejam plenamente montadas, estáveis e aptas ao uso. A desmontagem e retirada das estruturas deverão ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento do evento, devendo o local ser deixado em condições adequadas de uso, sem danos ou resíduos.

O descumprimento do prazo máximo para retirada das tendas sujeitará a contratada à aplicação de multa moratória correspondente a 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da respectiva ordem de serviço ou do serviço em atraso, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, inclusive rescisão contratual, quando cabível.

Como requisito de qualificação técnica, será exigida da contratada a comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da contratação. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar a execução satisfatória de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas ou estruturas temporárias similares, em quantitativo ou valor correspondente a, no mínimo, 30% do valor total estimado da contratação, devendo conter informações suficientes para a verificação da compatibilidade técnica do serviço prestado.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, respondendo administrativa, civil e penalmente por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços.

6. QUANTITATIVO DO OBJETO

A definição do quantitativo do objeto foi realizada a partir da análise do histórico recente de contratações do Município de São Miguel do Iguaçu, especialmente aquelas formalizadas no âmbito do Processo Administrativo nº 179/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 029/2025, que resultou na Ata de Registro de Preços nº 117/2025. Essa contratação anterior teve por objeto a locação de estruturas para eventos, incluindo tendas piramidais, e serviu como importante referência prática para avaliar o consumo real, a suficiência dos quantitativos estimados e a adequação das soluções adotadas pela Administração.

Na contratação formalizada pela Ata de Registro de Preços nº 117/2025, foram registrados quantitativos relevantes de tendas piramidais, tanto de 10m x 10m quanto de 5m x 5m, utilizados para atender eventos promovidos por diferentes secretarias municipais. A



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

execução dessa ata demonstrou que os quantitativos então previstos foram suficientes para atender às demandas existentes à época, possibilitando a realização dos eventos programados sem prejuízo à organização, à segurança ou ao atendimento ao público. Não foram identificados problemas significativos decorrentes de insuficiência de estruturas, tampouco indícios de superdimensionamento que caracterizassem desperdício de recursos públicos.

Após essa contratação, manteve-se a regularidade e, em determinados períodos, observou-se a ampliação do número de eventos realizados pelo Município, bem como o aumento do público participante e da complexidade das ações institucionais desenvolvidas. As atividades culturais, esportivas, turísticas e institucionais vêm se consolidando como instrumentos permanentes de integração social e promoção do desenvolvimento local, o que naturalmente amplia a necessidade de infraestrutura temporária adequada e disponível de forma planejada.

Diante desse cenário, a Administração identificou a necessidade de estimar quantitativos que permitam atender, com segurança e previsibilidade, eventos de diferentes portes, inclusive considerando a possibilidade de eventos simultâneos ou realizados em sequência com curto intervalo de tempo. A estimativa atual não representa ruptura com o padrão anteriormente adotado, mas sim um ajuste responsável e coerente com a realidade atual das demandas institucionais.

A metodologia utilizada para definição do montante considerou o consumo histórico observado na Ata de Registro de Preços nº 117/2025, a projeção do calendário anual de eventos e a análise da recorrência das demandas ao longo do exercício. A partir dessa análise, optou-se por estabelecer quantitativos que assegurem margem adequada de atendimento, sem perder de vista os princípios da razoabilidade, da economicidade e do planejamento.

Assim, para o presente Registro de Preços, estão sendo propostos os seguintes quantitativos estimados:

- Locação de 70 unidades de tendas piramidais com dimensões aproximadas de 5m x 5m;
- Locação de 150 unidades de tendas piramidais com dimensões aproximadas de 10m x 10m.

Esses quantitativos refletem a necessidade atual da Administração, considerando a diversidade de eventos realizados, o histórico de utilização das estruturas e a expectativa de manutenção e fortalecimento das ações institucionais ao longo do período de vigência da ata.

Os documentos utilizados como base para o cálculo dos quantitativos integram o processo administrativo, especialmente os registros da contratação anterior e o Documento de Formalização da Demanda, que consolidou as necessidades das unidades demandantes. Tais documentos não foram anexados diretamente a este Estudo Técnico Preliminar por já constarem nos autos do processo e servirem como referência interna para o planejamento da contratação.

No cálculo dos quantitativos, foi considerada a demanda das secretarias diretamente envolvidas na realização de eventos, uma vez que o objeto da contratação se destina especificamente a essa finalidade. Ainda assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços confere flexibilidade suficiente para atender eventuais demandas adicionais compatíveis com o objeto, dentro dos limites administrativos e legais, sem comprometer o planejamento estabelecido.

Dessa forma, o quantitativo proposto resulta de análise técnica e administrativa



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

consistente, baseada em dados históricos reais, na experiência acumulada pela Administração e na necessidade atual de atendimento à população. A estimativa apresentada mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, permitindo que o Município realize seus eventos com planejamento, segurança e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

7. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

O valor estimado total da contratação é de R\$ 330.452,40 (trezentos e trinta mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), considerando a divisão do objeto em lotes destinados à ampla concorrência e à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável.

A estimativa foi elaborada a partir de metodologia composta, com utilização de múltiplas fontes de pesquisa, de modo a assegurar aderência aos preços praticados no mercado e observância aos princípios do planejamento, da economicidade e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

Para composição do orçamento de referência, foi realizada pesquisa direta de preços junto a fornecedores atuantes no ramo de locação, montagem e desmontagem de estruturas para eventos, cujas propostas encontram-se anexadas ao processo. Foram consultadas as empresas:

- Rigotti Eventos; CNPJ 34.315.016/0001-05; Rua Francisco Padilha, nº 1299; Bairro Panorama; Foz do Iguaçu – PR.
- MF Corrêa & Cia Ltda; CNPJ 12.254.767/0001-26; Avenida Getúlio Vargas, nº 396; Parque Presidente I; Foz do Iguaçu – PR; E-mail meflocacoes@outlook.com; Telefone (45) 3573-4648; Telefone (45) 9973-164
- Muller Serviço de Entrega Ltda; CNPJ 37.968.471/0001-06; Rua Fernando Ferrari, nº 87; Sala 02; CEP 85.877-000.

Complementarmente, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, onde foram identificados dois preços compatíveis para cada item, sendo calculada a média aritmética como referência adicional. Também foi utilizada Ata de Registro de Preços anterior do Município, cujos valores foram atualizados por meio da calculadora oficial do Banco Central do Brasil, a fim de refletir a variação monetária até a data da estimativa. Ademais, foi considerado contrato celebrado por outro ente público, de data recente, cuja atualização foi dispensada em razão de sua celebração há menos de um mês.

Com base na planilha de composição de custos, os preços unitários médios apurados foram de:

- Locação de tenda piramidal de 5m x 5m – 70 unidades : R\$ 823,52/un – R\$ 57.646,40/total
- Locação de tenda piramidal de 10m x 10m – 150 unidades: R\$ 1.818,71/un - R\$ 272.806,50/total

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado do item 2 ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00, optou-se por sua divisão em lotes, sendo parte destinada à ampla concorrência e parte reservada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. Conforme demonstrado na planilha anexa, o lote destinado à ampla concorrência totaliza o valor estimado de R\$ 272.806,50, enquanto o lote reservado para ME/EPP corresponde ao valor estimado de R\$ 69.110,85, ambos



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

calculados com base nos preços médios unitários apurados.

Essa divisão em lotes visa ampliar a competitividade, fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e assegurar tratamento diferenciado e favorecido a esses entes, sem prejuízo da economicidade, da eficiência e da adequada execução do objeto.

Dessa forma, o orçamento de referência reflete valor compatível com o mercado, devidamente fundamentado, transparente e adequado para subsidiar o procedimento licitatório, servindo exclusivamente como parâmetro estimativo, sem caráter vinculante para as propostas a serem apresentadas.

8. COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A contratação pretendida é compatível com o planejamento do órgão e do Município, estando devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), o qual pode ser consultado por meio do link:

<https://saomigueldoiguacu.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/publicacoes/1046>.

A inclusão no PCA 2026 demonstra que a necessidade foi identificada, planejada e incorporada no cronograma previsto de contratações do Município, garantindo consonância com as diretrizes de governança e de planejamento das despesas públicas.

Além disso, a contratação apresenta compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), na medida em que atende a ações permanentes do Município relacionadas à realização de eventos institucionais, culturais, esportivos e de interesse comunitário, não se tratando de ação isolada ou de caráter eventual, mas de demanda estrutural para o atendimento à população ao longo dos exercícios.

A despesa também está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que os recursos necessários à execução do objeto foram devidamente alocados nas dotações orçamentárias das unidades demandantes, assegurando a existência de dotação suficiente para suportar a contratação no exercício de sua execução.

Dessa forma, a necessidade não surgiu de forma imprevista ou emergencial, mas foi identificada e planejada previamente, o que comprova a compatibilidade da contratação com os instrumentos de planejamento institucional e orçamentário do Município, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as melhores práticas de gestão pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

A decisão pelo parcelamento do objeto em itens distintos, com disputa individualizada por item, fundamenta-se em análise técnica, operacional, econômica e jurídica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, à eficiência, à economicidade e à busca da proposta mais vantajosa. Nos termos do art. 18, inciso IV, e do art. 40, inciso V, o parcelamento deve ser estimulado sempre que tecnicamente viável, por ampliar a competição e racionalizar o gasto público.

No caso em exame, as tendas de diferentes dimensões são bens divisíveis, pois cada medida pode ser contratada, fornecida e instalada de forma autônoma, sem prejuízo à adequada execução dos eventos. A demanda por cada tipo de tenda é variável, e o fracionamento em itens permite que as licitantes apresentem propostas específicas, ajustadas à sua capacidade e estrutura de custos. A coordenação da montagem será assegurada por meio de exigências técnicas homogêneas, prazos claros e fiscalização



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

adequada, de forma que a eventual atuação de mais de um fornecedor não comprometa a segurança nem o cronograma dos eventos.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento favorece a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas de diferentes portes, inclusive aquelas que não teriam condições de assumir o conjunto integral do objeto. A disputa item a item tende a gerar propostas mais ajustadas e preços mais competitivos, em consonância com o princípio da economicidade previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. A gestão administrativa permanece viável, uma vez que o certame será único, ainda que com resultado e contratações por item, permitindo fiscalização e acompanhamento integrados.

A divisão dos itens entre ampla concorrência e participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte decorre de comando legal, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, constituindo medida de fomento à participação desses agentes, sem caracterizar fracionamento indevido da despesa.

Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, permitirá a contratação e a execução de forma parcelada no tempo, por meio de ordens de serviço, garantindo flexibilidade para atendimento das demandas dos eventos, com o fornecedor mais vantajoso em cada item.

Diante disso, conclui-se que o parcelamento do objeto em itens, com disputa individualizada, contemplando ampla concorrência e participação exclusiva de ME/EPP, encontra respaldo legal e técnico, mostrando-se a solução mais adequada para ampliar a concorrência, promover a economicidade, facilitar a gestão contratual e atender de forma eficiente ao interesse público.

10. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação são caracterizados como:

- **Bens e Serviço(s) Comum(ns)** (Art. 6º, inciso XIII, da Lei 14133/2021)
Não são qualificados como itens de luxo, consoante indicado no §1º do artigo 39 do Decreto 115/2023.

Sem prejuízo a classificação anterior, também podem ser enquadrados como (possível marcar mais de uma opção)

- **Fornecimento de Bens/Serviços Não Contínuos ou Contratados por Escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado (haverá uma conclusão, ainda que futura).

11. FORMA DE CONTRATAÇÃO

A forma de contratação adotada para o objeto será o Pregão, por se tratar de serviço comum, cujas características e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. A prestação dos serviços de locação, montagem, instalação, desmontagem e retirada de tendas não envolve soluções técnicas singulares, projetos personalizados ou elevado grau de complexidade intelectual, sendo amplamente ofertada por diversos fornecedores especializados, o que permite a comparação objetiva das propostas apresentadas.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Pregão é a modalidade indicada para a contratação de bens e serviços comuns, possibilitando maior eficiência, celeridade e economicidade ao procedimento licitatório. A adoção dessa modalidade favorece a ampla competitividade, uma



vez que permite a participação de um número maior de interessados, estimulando a disputa de preços e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da eficiência previstos no art. 11 da referida lei.

O procedimento a ser adotado será o pregão eletrônico, modalidade que amplia a transparência do certame, reduz custos administrativos e operacionais e facilita o acesso de fornecedores de diferentes localidades, eliminando barreiras geográficas. O ambiente eletrônico confere maior segurança ao processo, assegura o registro de todas as etapas da disputa e reforça o controle social sobre as contratações públicas.

Quanto ao critério de julgamento, será adotado o menor preço, por item, uma vez que o objeto possui especificações técnicas previamente definidas e padronizadas, não havendo necessidade de avaliação de técnica ou de outros fatores subjetivos. A utilização desse critério permite que a escolha do fornecedor se dê de forma objetiva e transparente, assegurando a contratação mais econômica, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas e legais estabelecidas no edital.

Dessa forma, a adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, mostra-se adequada à natureza do objeto, atende às disposições da Lei nº 14.133/2021 e contribui para uma contratação eficiente, competitiva e alinhada ao interesse público.

No procedimento de contratação foram adotados ajustes compatíveis com a natureza do objeto, destacando-se a utilização do Sistema de Registro de Preços, em razão da demanda variável e imprevisível quanto a datas, locais e quantitativos dos eventos ao longo do exercício. Esse modelo permite contratações sob demanda, assegura flexibilidade administrativa e evita a contratação de quantidades desnecessárias.

Foi avaliada a possibilidade de prorrogação antecipada da ata de registro de preços, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, bem como a restituição dos quantitativos para novo período de vigência, sem somatório entre períodos, medida que preserva o equilíbrio do planejamento e a regularidade do atendimento.

Manteve-se o procedimento padrão do pregão, com julgamento das propostas antecedendo a habilitação, por se tratar de objeto comum, o que confere maior celeridade e eficiência ao certame. Não se considerou necessária a exigência de amostra ou prova de conceito, uma vez que as especificações são objetivas e a conformidade será verificada na execução, por meio de fiscalização.

Também não se mostrou necessária a exigência de garantias da proposta ou do contrato, tendo em vista o baixo risco financeiro do objeto e a suficiência dos mecanismos legais de fiscalização e penalização previstos na Lei nº 14.133/2021.

Assim, o procedimento adotado mostra-se proporcional, eficiente e adequado ao objeto, garantindo competitividade, segurança jurídica e atendimento ao interesse público.

12. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

identificação dos responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
BAIXO	5
MÉDIO	10
ALTO	15

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/aquisição. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

ALTO	75	150	225
MÉDIO	50	100	150
BAIXO	25	50	75
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Matriz Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.

Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto.

Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

1. RISCOS						
1.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:						
Risco						
01. Definição inadequada das necessidades da Administração no planejamento da contratação, resultando em estimativa incorreta do objeto e dos quantitativos.						
02. Pesquisa de mercado insuficiente ou desatualizada, comprometendo a definição da solução mais vantajosa.						
03. Elaboração inadequada das especificações técnicas do objeto.						
Probabilidade:	x	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	x	Alto
Id.	Dano/resultado					

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

01.	Comprometimento parcial ou total da contratação, com risco de contratação insuficiente ou excessiva, necessidade de ajustes posteriores, retrabalho administrativo, atraso na realização dos eventos e possível prejuízo ao interesse público.	
02.	Risco de adoção de solução menos eficiente ou economicamente desvantajosa, com impacto na competitividade do certame e na obtenção da proposta mais vantajosa.	
03.	Restrição indevida à competitividade, dificuldades na execução contratual, risco de impugnações ao edital e comprometimento da qualidade dos serviços prestados.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
01.	Realização de levantamento detalhado das demandas institucionais, análise do histórico de contratações anteriores, alinhamento com as unidades demandantes e elaboração criteriosa do Estudo Técnico Preliminar e do Documento de Formalização da Demanda.	Secretaria Requisitante.
02.	Realização de levantamento de mercado com base em contratações anteriores, análise de práticas adotadas por outros entes públicos e verificação da disponibilidade de fornecedores aptos a atender ao objeto.	Departamento de Compras
03.	Definição clara, objetiva e suficiente das especificações técnicas, observando normas aplicáveis, padrões usuais de mercado e evitando direcionamento a marcas ou modelos específicos.	Secretaria Requisitante.
Id.	Ação de Contingência	Responsável
01.	Revisão do planejamento, readequação dos quantitativos por meio dos instrumentos legais disponíveis, como ajustes no Sistema de Registro de Preços, e adoção de medidas administrativas para mitigar impactos na execução dos eventos.	Gestor do contrato e setor responsável pelo planejamento.
02.	Realização de levantamento de mercado com base em contratações anteriores, análise de práticas adotadas por outros entes públicos e verificação da disponibilidade de fornecedores aptos a atender ao objeto.	Departamento de Compras
03.	Revisão das especificações técnicas, correção do instrumento convocatório e adoção das medidas administrativas necessárias para garantir a continuidade do processo.	Procuradoria Jurídica

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:

ALTO			
MÉDIO			
BAIXO			75
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

2. RISCOS**2.1.** Relacionados ao comprometimento da efetividade da **seleção da executante/contratada:****Risco****01.** Participação de licitantes sem capacidade técnica ou operacional suficiente para executar o



objeto contratado.

02. Apresentação de propostas com preços inexequíveis ou artificialmente baixos.**03.** Falhas na condução do procedimento licitatório, como análise inadequada de documentos ou julgamento equivocado das propostas.

Probabilidade:		Baixa	x	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	x	Alto

Id.	Dano/resultado
01.	Seleção de fornecedor incapaz de executar adequadamente os serviços, com risco de falhas na montagem das estruturas, atrasos na execução, comprometimento da segurança dos eventos e prejuízo ao interesse público.
02.	Risco de futura inexecução contratual, pedidos de reequilíbrio indevidos, atrasos na prestação dos serviços ou abandono do contrato, comprometendo a realização dos eventos.
03.	Impugnações, recursos administrativos, judicialização do certame, atraso na contratação e necessidade de refazimento de etapas do procedimento.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
01.	Definição clara e objetiva dos requisitos de habilitação técnica, exigindo comprovação de experiência compatível com o objeto, análise criteriosa da documentação apresentada e observância estrita às regras do edital.	Responsável pela Elaboração do Termo de Referência e Edital.
02.	Análise criteriosa da exequibilidade das propostas, com base em pesquisa de mercado, histórico de contratações similares e, quando necessário, solicitação de esclarecimentos ao licitante.	Pregoeiro/Agente de Contratação
03.	Capacitação da equipe responsável pelo certame, observância rigorosa da legislação aplicável e dos atos normativos internos, bem como registro formal e motivado de todas as decisões.	Pregoeiro/ Agente de Contratação

Id.	Ação de Contingência	Responsável
01.	Aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, convocação do licitante remanescente, se cabível, e adoção das medidas administrativas necessárias para assegurar a continuidade da contratação.	Gestor de Contrato e Departamento de Licitações e Contratos
02.	Desclassificação da proposta inexequível, aplicação das sanções cabíveis e convocação do próximo licitante classificado.	Pregoeiro/Agente de Contratação
03.	Revisão dos atos praticados, saneamento de falhas antes da homologação e, se necessário, anulação parcial do procedimento.	Procuradoria Jurídica/ Responsável pela Elaboração dos Termos

Matriz dos riscos relacionados a fase de Seleção da Contratada

ALTO

MÉDIO

BAIXO

PROBABILIDADE / IMPACTO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

150

3.RISCOS

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

3.1 Relacionados ao comprometimento da efetividade da gestão contratual						
Risco						
01. Fiscalização contratual insuficiente ou inadequada durante a execução dos serviços.						
02. Descumprimento de prazos pela contratada.						
03. Utilização de materiais ou estruturas em desacordo com as especificações contratadas.						
Probabilidade:		Baixa	x	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	x	Alto
Id.	Dano/resultado					
01.	Execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, falhas na montagem das estruturas, riscos à segurança dos usuários, prejuízo à qualidade dos eventos e comprometimento do interesse público.					
02.	Atraso na montagem ou retirada das estruturas, comprometimento do cronograma dos eventos, necessidade de ajustes emergenciais e prejuízo à imagem institucional da Administração.					
03.	Redução da segurança e da durabilidade das estruturas, risco de acidentes, necessidade de substituição imediata e interrupção das atividades previstas.					
Id.	Ação Preventiva				Responsável	
01.	Designação formal de fiscal e gestor do contrato, com definição clara de atribuições, acompanhamento sistemático da execução dos serviços e registro das ocorrências em relatórios próprios.				Secretaria Demandante	
02.	Estabelecimento de prazos claros nas ordens de serviço, comunicação prévia das demandas e acompanhamento da execução conforme cronograma definido.				Secretaria Demandante e Gestor de Contrato	
03.	Conferência das estruturas no momento da montagem, exigência de comprovação documental dos materiais utilizados e verificação do estado de conservação das tendas.				Fiscal do contrato	
Id.	Ação de Contingência				Responsável	
01.	Notificação da contratada para correção imediata das falhas, aplicação das sanções previstas no contrato e, se necessário, adoção de medidas para substituição do fornecedor.				Gestor do contrato e autoridade competente	
02.	Aplicação de penalidades contratuais, reprogramação do evento quando possível e acionamento de fornecedores remanescentes, se cabível.				Gestor do contrato e autoridade competente	
03.	Rejeição das estruturas inadequadas, exigência de substituição imediata e aplicação das sanções cabíveis.				Fiscal do contrato e gestor do contrato.	

Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual:			
ALTO			
MÉDIO			150
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

Para os riscos classificados como inaceitáveis, especialmente aqueles com alta



probabilidade ou com impacto elevado, foi avaliada a possibilidade de exigência de garantia de execução contratual. Contudo, concluiu-se que, em razão da natureza do objeto, do regime de execução por demanda, da inexistência de dedicação exclusiva de mão de obra e do baixo risco financeiro individual de cada ordem de serviço, a exigência de garantia não se mostra necessária nem proporcional. Entendeu-se que os riscos identificados podem ser adequadamente mitigados por meio de ações preventivas, fiscalização efetiva e aplicação das penalidades previstas em contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Os riscos considerados inaceitáveis foram tratados mediante a definição de ações específicas voltadas à redução da probabilidade de ocorrência dos eventos e à mitigação de suas consequências. Entre essas medidas destacam-se o fortalecimento do planejamento, a definição clara das responsabilidades do contratado, a fiscalização contínua da execução, o acompanhamento sistemático dos prazos e a possibilidade de rejeição imediata de serviços executados em desacordo com as especificações. Essas ações foram expressamente previstas no mapa de riscos e vinculadas aos respectivos responsáveis, de modo a assegurar tratamento adequado e tempestivo.

Não se aplica ao objeto da contratação a análise de riscos relacionados ao descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao FGTS, uma vez que não se trata de serviço de engenharia nem de contratação com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. A execução dos serviços ocorre de forma eventual e por demanda, sem alocação permanente de trabalhadores à Administração, o que afasta esse tipo específico de risco.

Quanto à redistribuição de riscos no contrato, optou-se por não promover redistribuição atípica ou extraordinária, mantendo-se a alocação dos riscos de forma compatível com a natureza do objeto e com a capacidade de cada parte de gerenciá-los. Os riscos relacionados à execução, à qualidade dos serviços, à logística, à segurança e ao cumprimento das obrigações contratuais permanecem atribuídos à contratada, enquanto à Administração compete o planejamento adequado, a fiscalização e a gestão do contrato. Essa distribuição foi considerada equilibrada, juridicamente adequada e suficiente para resguardar o interesse público.

13. RESULTADOS ESPERADOS

A contratação tem como resultado esperado a melhoria significativa da prestação do serviço público relacionado à realização de eventos promovidos pelo Município, assegurando infraestrutura adequada, segura e funcional para atendimento à população. Espera-se aumento da eficiência administrativa, uma vez que a adoção do Sistema de Registro de Preços e a contratação de empresa especializada permitem atendimento sob demanda, com maior agilidade na disponibilização das estruturas e redução de retrabalhos operacionais e administrativos.

Outro benefício esperado é a racionalização dos custos públicos, evitando a aquisição de estruturas próprias que demandariam investimentos elevados, manutenção contínua, armazenamento e pessoal especializado. A locação, aliada ao planejamento adequado, possibilita melhor aproveitamento dos recursos, com pagamento apenas pelos serviços efetivamente utilizados, além de favorecer a economia de escala e a obtenção de preços mais vantajosos por meio do procedimento licitatório competitivo.

A contratação também contribui para a padronização e elevação da qualidade dos serviços prestados, garantindo que as estruturas atendam às especificações técnicas e aos



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

requisitos de segurança, o que reduz riscos operacionais, melhora a organização dos eventos e amplia a satisfação dos usuários e da comunidade atendida. Como resultado indireto, espera-se o fortalecimento da imagem institucional do Município, em razão da realização de eventos mais organizados, seguros e bem estruturados.

A avaliação dos resultados será realizada por meio de métricas objetivas e verificáveis, tais como o cumprimento dos prazos de montagem e desmontagem estabelecidos nas ordens de serviço, a conformidade dos serviços com as especificações técnicas contratadas, a quantidade de ocorrências ou não conformidades registradas durante a execução, o índice de aplicação de penalidades contratuais e o nível de retrabalho identificado. Também serão considerados indicadores administrativos, como a redução de contratações emergenciais, a regularidade no atendimento às demandas das unidades requisitantes e a compatibilidade entre os custos contratados e o consumo efetivo dos serviços.

Essas métricas permitirão à Administração monitorar de forma contínua os resultados alcançados, promover ajustes quando necessários e assegurar que a contratação atenda de maneira eficiente, econômica e segura ao interesse público.

14. PROVIDÊNCIAS FINAIS

A contratação não depende de assistência técnica ou manutenção por parte da Administração, sendo integralmente responsabilidade da contratada a disponibilização, montagem, desmontagem e conservação das estruturas durante o período de uso. Não é necessária adequação prévia por equipe de obras, uma vez que as tendas possuem caráter temporário e adaptável aos locais indicados.

Não há necessidade de fornecimento de insumos pela Administração nem de realização de contratação complementar para viabilizar o objeto. A fiscalização da execução será realizada por servidores designados, não sendo exigido treinamento específico adicional ou contratação de terceiros para essa finalidade.

A empresa contratada deverá atender às exigências legais aplicáveis à atividade, incluindo, quando cabível, autorizações e licenças exigidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança em eventos temporários.

A contratação não gera resíduos relevantes. Eventuais resíduos decorrentes da execução dos serviços deverão ser corretamente recolhidos e destinados pela contratada, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, não havendo impactos ambientais significativos.

15. CONCLUSÃO

A contratação proposta mostra-se plenamente adequada para o atendimento da necessidade identificada, uma vez que viabiliza a disponibilização de infraestrutura temporária compatível com a realização de eventos promovidos pela Administração, assegurando condições adequadas de segurança, funcionalidade e organização. A solução adotada atende de forma direta e eficaz às demandas institucionais, permitindo a utilização simultânea de tendas de diferentes dimensões conforme a necessidade de cada evento.

Trata-se da melhor opção para a Administração, pois alia eficiência operacional, flexibilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos. A contratação por meio de empresa especializada, associada ao Sistema de Registro de Preços, evita investimentos permanentes desnecessários, possibilita atendimento sob demanda e assegura melhor controle da execução. Além disso, a solução preserva a economia de escala, simplifica a gestão contratual e garante a observância das normas técnicas e legais aplicáveis, atendendo



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

plenamente ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas. Portanto, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Declara-se viável a contratação pretendida.

Declaramos que o presente estudo técnico preliminar atendeu aos requisitos da Lei 14133/2021.

Relação de Anexos ao ETP:

Orçamentos

Planilha de Orçamentos

ROBSON CHAVES BORDIGNON

Matrícula: 41986807

16. APROVAÇÃO PELO SECRETÁRIO DA PASTA

Considerando a conclusão do Estudo pelos servidores que o realizaram, aprovo o documento e autorizo a abertura de Processo de Contratação junto ao Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração

Por fim, declaro ciência nos termos e cautelas recomendadas.

Solicita-se ao Departamento de Contabilidade a emissão de Parecer Contábil para verificação da existência, suficiência e disponibilidade de recursos.

São Miguel do Iguaçu/PR, 20 de janeiro de 2026.

SANDRO ALEXANDRE

Secretário Municipal de Cultura e Esportes

Decreto nº 223/2025